

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.760 - SP (2017/0286863-2)

EMBARGANTE : FABIANO VIEIRA LIMA

ADVOGADO : RENE GUSTAVO NEGRI CONSTANTINO - SP330546

EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Na origem, trata-se de ação ajuizada por Fabiano Vieira Lima em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a correção do interstício da progressão funcional para 12 meses, com o pagamento dos reflexos financeiros.

Na primeira instância, os pedidos formulados na inicial foram julgados improcedentes. No TRF da 3ª Região, a sentença foi mantida em acórdão assim ementado:

AGRAVO LEGAL. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. PODERES DO RELATOR DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

I - Admissível o julgamento do recurso de apelação nos moldes do artigo 557 do Código de Processo Civil uma vez que a análise das questões abordadas nos autos foi amparada na jurisprudência pátria dominante, o que, por si só, já afasta qualquer irregularidade a respeito. Ademais, eventual violação aos princípios do contraditório e da inafastabilidade do controle jurisdicional, decorrente da aplicação do art. 557 do CPC, fica superada, desde logo, com a apreciação do presente agravo legal pelo órgão colegiado.

II - O Código de Processo Civil atribui poderes ao Relator para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, bem como para dar provimento ao recurso interposto quando o ato judicial recorrido estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

III - Hipótese dos autos em que a decisão agravada observou os critérios anteriormente expostos e a parte agravante não refuta a subsunção do caso ao entendimento firmado, limitando-se a questionar a orientação adotada, já sedimentada nos precedentes mencionados por ocasião da aplicação da disciplina do artigo 557 do Código de Processo Civil.

IV - Agravo legal desprovido.

Fabiano Vieira Lima interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal por ofensa aos arts. 8º e 9º da Lei n. 10.855/2004; ao art. 6º da Lei n. 5.645/1970; ao art. 7º do Decreto n. 84.669/1980; e ao art. 2º da Lei n. 11.501/2007.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso especial para reformar o acórdão regional e determinar a aplicação do interstício de 12 (doze) meses para progressão vertical do servidor, conforme prevê o art. 7º do Decreto n.

84.669/80.

Opostos os presentes embargos de declaração, a parte alega a existência de omissão em relação ao pagamento das diferenças salariais e aos honorários de sucumbência.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

De fato, como alega a parte embargante, a decisão apresenta omissão que passo a sanar nos termos da fundamentação abaixo em complementação àquela da decisão embargada.

No caso dos autos, como se discute o não pagamento de valores decorrentes de obrigação de trato sucessivo, somente as parcelas vencidas há mais de 5 anos da propositura da ação devem ser consideradas prescritas nos termos do enunciado n. 85 da Súmula do STJ – "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORA PÚBLICA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte possui a orientação no sentido de que, a teor da Súmula 85/STJ, nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Precedentes: AgRg no Ag 1.370.477/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25/4/2012; AgRg no REsp 1.338.443/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 25/3/2013; AgRg no AREsp 494.990/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/5/2014.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 636.427/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 27/3/2015).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE FUNDO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA Nº 85/STJ.

1. Em se tratando de ato omissivo da Administração, caracterizado pela ausência de concessão à servidora municipal de progressão na carreira, ocorre apenas a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da ação. Incidente a Súmula nº 85/STJ.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 558.052/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/10/2014).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SUDENE. TÉCNICO DE PLANEJAMENTO. NÃO INCLUSÃO NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS (PCC). LEI 5.645/1970. PRESCRIÇÃO.

SÚMULA 85/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. DESNECESSIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOTÓRIO.

1. Deve ser rejeitada a preliminar de não conhecimento do recurso especial, uma vez que a tese trazida no apelo apresentado pelas autoras, a respeito do prazo prescricional, não envolve fato controvertido e prescinde de análise do conjunto probatório constante dos autos, sendo inaplicável, ao caso, o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Nas situações de notória divergência jurisprudencial, é possível a mitigação dos requisitos formais de admissibilidade do recurso especial previstos na legislação processual.

3. Conforme precedentes desta Corte, "não incide a prescrição do fundo de direito, e sim de trato sucessivo, nas demandas em que os servidores insurgem-se contra ato omissivo da Administração consubstanciado na ausência de inclusão dos autores no Plano de Classificação de Cargos da União instituído pela Lei 5.645/1970", Segunda Turma, julgado em 16/02/2012, DJe 06/03/2012.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 537.217/CE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/8/2014).

Assim, os embargos de declaração devem ser acolhidos para corrigir o dispositivo da decisão nos seguintes termos:

Onde se lê:

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, inciso III, do RI/STJ, dou provimento o recurso especial para reformar o acórdão regional e determinar a aplicação do interstício de 12 (doze) meses para progressão vertical do servidor, conforme prevê o art. 7º do Decreto n. 84.669/80.

Leia-se:

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, inciso III, do RI/STJ, dou provimento o recurso especial para: reformar o acórdão regional e determinar a aplicação do interstício de 12 (doze) meses para progressão vertical do servidor, conforme prevê o art. 7º do Decreto n. 84.669/80; condenar o INSS ao pagamento das verbas retroativas referentes às progressões funcionais, limitadas aos cinco anos anteriores à propositura da ação, devendo ser corrigidas monetariamente nos termos da tese firmada no julgamento do Tema n. 905/STJ: "(b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E"; e inverter o ônus da sucumbência.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para corrigir omissão nos termos da fundamentação, com efeitos modificativos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

